



REVISTA ANDINA DE ESTUDIOS POLÍTICOS

DOLANDELI, RODRIGO & CAPRA, PEDRO. 2019

«Comportamento eleitoral no brasil, revisão e
novos estudos»

Artículo Publicado por: Instituto de Estudios Políticos Andinos – IEPA

TODOS LOS DERECHOS RESERVADOS

El presente producto está licenciado por Creative Commons. El Instituto de Estudios Políticos Andinos se reserva el derecho de publicación de los artículos. Cada uno de los artículos es publicado con los permisos correspondientes de los autores. La Revista Andina de Estudios Políticos es una revista publicada bajo la plataforma OJS que garantiza la distribución del presente artículo de manera libre y gratuita.

COMPORTAMENTO ELEITORAL NO BRASIL, REVISÃO E NOVOS ESTUDOS

ELECTORAL BEHAVIOR IN BRAZIL, REVIEW AND NEW STUDIES

RODRIGO DOLANDELI

Universidade Federal do Pará, Brasil

dolandeli@ufpa.br

PEDRO CAPRA

Swissnex Brasil

pedro@swissnexbrazil.org

RESUMO

Neste texto analisamos o caminho percorrido pelas teorias sociais que abordam o fenômeno do comportamento eleitoral, buscando identificar o seu lugar na ciência política. Trata-se de um balanço deste campo teórico que se divide em quatro partes. Em primeiro lugar, apresentamos as principais questões, os conceitos e o desenvolvimento teórico das correntes de pensamento mais importantes: sociológica, psicológica ou psicossocial e a escolha racional. Em seguida, discutimos como estas correntes abordam a questão da “decisão do voto”. Em terceiro lugar, levantamos os temas trabalhados na literatura que em boa medida dialogam e são interdisciplinares, tais como o papel da mídia, a formação de sentimentos e emoções no processo eleitoral, o peso da informação e da sofisticação política, e a importância das instituições políticas. Por último, descrevemos um balanço histórico da produção acadêmica brasileira sobre o comportamento eleitoral, assim como as suas lacunas e tendências.

PALABRAS CLAVE:

Comportamento Eleitoral. Partidos Políticos. Cultura Política. Escolha Racional

ABSTRACT

In this text we analyze the path taken by social theories that address the phenomenon of electoral behavior, seeking to identify its place in political science. The review of this theoretical field has been split into four parts. Firstly, we present the main questions, concepts and theoretical development of the most important schools of thought: sociological, psychological or psychosocial and rational choice. We then discuss how these currents approaches address the issue of “voting decision”. Thirdly, we raise issues developed in the literature that, to a large extent, dialogue and are interdisciplinary, such as the role of the media, the formation of mindsets and emotions in the electoral process, the weight of information and political sophistication, and the importance of political institutions. Finally, we describe a historical balance of Brazilian academic production on electoral behavior, as well as its gaps and trends.

KEYWORDS:

Electoral Behavior. Political parties. Political Culture. Rational Choice

RODRIGO DOLANDELI: Doutor em Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Professor Adjunto do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Temas de especialização: partidos políticos, empresariado, instituições políticas e eleições. Contato: [dolandel@ufpa.br](mailto:dolandeli@ufpa.br).

PEDRO CAPRA: Doutor em Ciência Política - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Brasil. Project & Academic Relations Manager da Swissnex Brasil. Temas de especialização: democracia directa, participação popular, representação, democratização e América do Sul. Contato: pedro@swissnexbrazil.org.

COMPORTAMENTO ELEITORAL NO BRASIL, REVISÃO E NOVOS ESTUDOS

INTRODUÇÃO

Nas sociedades democráticas contemporâneas as eleições constituem um papel decisivo para o ordenamento social. É por meio do voto que se concretiza a representação política, pela qual as vontades individuais e os interesses são traduzidos, atribuindo forma aos governos e parlamentos. Compreender as causas e as razões das preferências eleitorais é um grande desafio, face às diversas interpretações possíveis que a realidade nos proporciona. Afinal, por que os eleitores decidem votar e para quem destinam seus votos são perguntas que apontam para diferentes respostas dependendo do contexto social, das preferências individuais ou mesmo de elementos que escapam à nossa percepção.

O sufrágio eleitoral é uma das atividades políticas mais importantes, apesar de constituir apenas uma dentre as demais possíveis nas sociedades democráticas. Assim, o comportamento eleitoral dos indivíduos tem sido observado pelas ciências sociais enquanto ação subordinada a um fenômeno mais amplo: o comportamento político. Saber como as pessoas se comportam socialmente, considerando todas as suas expressões políticas, é indispensável para a explicação do voto. Neste sentido, a literatura admite três grandes matrizes teóricas do comportamento eleitoral: sociológica; psicológica ou psicossocial e escolha racional.

No artigo, revisamos o caminho percorrido pelas teorias clássicas que abordam o tema e igualmente discutimos o seu lugar ocupado na ciência política brasileira. Dividimos o texto em quatro partes: i) conceitos e o desenvolvimento teórico das diferentes correntes de pensamento; ii) razões e consequências do voto; iii) questões que convergem diferentes teorias; iv) a produção acadêmica brasileira, suas lacunas e tendências.

O COMPORTAMENTO ELEITORAL E AS PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS

Teoria Sociológica

O estudo do comportamento eleitoral começou a partir de pesquisas sociológicas interessadas em investigar macroprocessos sociais (Castro 1992, 11). Conhecida como Escola de Columbia, esta perspectiva leva em conta tanto o aspecto processual da formação e trajetória das instituições e indivíduos, quanto a ideia de que as pessoas agem de acordo a sua posição na estrutura social. Desse modo, as condições sociais (históricas e estruturais) fundamentariam os objetivos e interesses políticos dos indivíduos. Através da análise de dados sociais encontrados em variáveis regionais, socioeconômicas, ou mesmo demográficas e ocupacionais, a escola sociológica pretende explicar resultados eleitorais.

O enfoque enfatiza o contexto onde as pessoas sofrem a influência de grupos sociais e se desenvolvem socialmente. Os elementos centrais do contexto social seriam as relações institucionalizadas advindas do sistema político e as formas básicas da vida em sociedade. Esse processo se constrói por meio da interação social (Figueiredo 2008), que consiste nos padrões mais ou menos complexos de relações sociais estabelecidas pelos contatos entre os indivíduos e somente possíveis “graças à existência de expectativas de comportamento compatíveis e complementares” (Cardoso e Ianni 1976, 14). Os processos de interação social revelariam,

portanto, as clivagens existentes na sociedade, diminuindo ou não a distância entre as pessoas. O comportamento político, ao qual a dimensão eleitoral está subordinada, seria uma “função da densidade das interações em que os indivíduos estão envolvidos, das opiniões que formam a partir daí e do estado socioeconômico da sociedade na qual ocorre esse comportamento” (Figueiredo 2008, 54).

Com respeito ao processo eleitoral, Seymour Lipset e Stein Rokkan em seu livro “Party Systems and Voter Alignments” de 1967 introduziram no debate acadêmico uma tipologia sobre as clivagens sociais. Para os autores, as tensões territoriais e funcionais segmentaram os indivíduos durante o processo histórico de formação e ampliação do sufrágio eleitoral na Europa Ocidental. Divisões como interesses regionais versus nacionais, igreja versus governo, patrões versus operários, por exemplo, eram canalizadas pelos partidos políticos para a esfera pública (Norris 2005; Calca 2010). A escolha partidária do indivíduo toma a forma de um “contrato” de representação de interesses (Lipset e Rokkan 1967) –o voto do eleitorado seria decidido com base em suas relações sociais, identidades políticas de grupo e, em menor escala, pela influência da campanha eleitoral. Os fatores histórico-culturais conformariam as características sociais geradoras de clivagens sociais, por sua vez, vocalizadas por partidos políticos. Dessa forma, os eleitores se identificariam em conformidade com seus grupos sociais de referência. No entanto, é preciso observar que em sociedades onde as clivagens não são fortemente conduzidas pelos partidos, a volatilidade eleitoral, ou seja, a descontinuidade da preferência do eleitor entre uma campanha e outra, pode ser alta. Isso significa que o voto pode ser orientado por issues, quer dizer, por questões específicas não partidárias e de variadas ordens, como étnicas, morais, dentre outras.

Para a teoria sociológica, os resultados agregados de coletivos e grupos sociais são mais úteis para explicar o voto do que apenas a observação individual. Isto, porque o mero somatório dos interesses individuais não deduz automaticamente os fenômenos sociais, sendo preciso, em especial, levar em conta o impacto da interação social sobre ambos (indivíduos e estruturas). Além disso, seria fundamental compreender como os impactos decorrentes da modernização e desenvolvimento econômico na estrutura das sociedades industriais contribuem para explicar os contextos sociais e, conseqüentemente, as eleições (Norris 2005). A natureza das interações sociais, alterada por esses processos econômicos, daria nova forma aos graus de oportunidade e mobilidade social, influenciando o comportamento eleitoral dos indivíduos (Figueiredo 2008). Dentro deste aspecto os estudos sobre realinhamento eleitoral e partidário encontram seu campo de pesquisa (Key 1966).

A abordagem sociológica traz consigo uma subdivisão teórica para explicar o comportamento eleitoral. Uma corrente compreende que relações mais ou menos coesas entre indivíduos e seus grupos sociais de referência ocorrem em geral por meio de vínculos culturais, afetivos e sociais, configurando a abordagem sociológica estrutural-funcionalista. Outra corrente considera que a interação social proporciona uma consciência de classe, aproximando-se de abordagens marxistas.

A corrente não marxista busca analisar as normas sociais, baseando-se não somente em fatores econômicos, mas também religiosos, regionais, dentre outros. A conclusão mais plausível desta perspectiva é que a influência do grupo social, ao qual o indivíduo é participante, explica a direção do voto. A convivência em um mesmo ambiente social geraria, portanto, maior probabilidade de interação social e, conseqüentemente, o desenvolvimento de interesses semelhantes no âmbito

eleitoral. A atuação das elites políticas é determinante nesta perspectiva, pois os “apelos de curta duração”, traduzidos pela influência de lideranças influenciam fortemente os grupos sociais de referência dos indivíduos (Castro 1992, 12).

Por outro lado, a análise marxista enfatiza a relação do indivíduo com as classes sociais e os fatores econômicos. Outras dimensões da vida social, como a família, escola, ou mesmo os partidos políticos teriam menor impacto na formação das atitudes políticas (Figueiredo 2008). As interações sociais, segundo esta abordagem, proporcionariam um grau de coesão entre as pessoas e suas respectivas classes, formando “campos” de consciência social responsivos aos apelos políticos do contexto. Dito de outra maneira, a dinâmica da estrutura socioeconômica determinaria a parte mais importante das preferências particulares: a consciência de classe (ou a sua ausência) – fundamental para a explicação do voto.

Compreendendo o conjunto da abordagem sociológica, uma crítica frequente recai sobre a fraca liberdade individual frente às estruturas. Caso as ações fossem totalmente explicadas dessa forma, a natureza autônoma do ser humano perderia muito do seu sentido (Elster 1986). Outro obstáculo é que esta perspectiva teórica tem dificuldades para explicar as variações de curto prazo do comportamento eleitoral (Castro 1992), necessitando de uma série histórica robusta a fim de observar as mudanças sociais estruturais.

Em resumo, para a abordagem sociológica se a variável incidir em alguma alteração do contexto social ela é relevante para explicar o comportamento eleitoral (Figueiredo 2008) –mesmo sendo “anterior” à própria interação social, como, por exemplo, o desenvolvimento socioeconômico, ou “posterior”, no caso dos apelos de curta duração proporcionados pelas elites políticas.

Teoria Psicológica

A escola psicológica do comportamento eleitoral, ou psicossocial, a exemplo da abordagem sociológica, investiga as relações entre os indivíduos e grupos sociais. Conhecida na literatura especializada como Modelo Michigan, este conjunto de pesquisas buscou compreender em que medida as condições sociais dos eleitores são mediadas por mecanismos psicológicos (Campbell et. al. 1964). É perceptível a inversão em comparação às teorias sociológicas, uma vez que a direção da causalidade seria determinada por aspectos endógenos e não mais exógenos. Entendidos através da socialização política, o enfoque explica o voto através dos micro processos que afetam os indivíduos. Com isto, ao invés dos macro-fatores sociais, busca-se, interpretar as atitudes, percepções e motivações (Borba 2005).

A socialização política, um conceito caro às ciências sociais, consiste em um processo pelo qual os valores são interiorizados e apreendidos pelos indivíduos (Peschard 2001; Levy Jr. 1976). As pessoas, dessa forma, tornam-se “adequadamente” socializadas quando desempenham seu papel social de maneira eficaz. No entanto, embora as escolhas dos papéis em um sistema social sejam ações de natureza individual, elas não ocorrem ao acaso. O “sistema de personalidades” deve ser integrado organicamente ao sistema e motivar os indivíduos a agirem “segundo moldes prescritos” (Parsons et. al. 1976). Esse complexo processo no qual, por meio da sua experiência, o sujeito adquire percepções acerca do sistema político, de maneira não aleatória, é o que melhor denominaria o conceito de socialização política (Souraf 1967).

Em termos gerais, as distinções do comportamento político não estão apenas associadas às respectivas características sociais, mas sobretudo à intensidade com que a pessoa reage aos incentivos do ambiente em que vive e, igualmente, ao peso que a política possui neste mesmo ambiente. Se para a escola sociológica o comportamento político é compreendido como uma função da densidade das interações sociais, para o modelo Michigan trata-se de uma função das identidades e motivações políticas individuais adquiridas por meio da socialização (Figueiredo 2008).

Como as opiniões e motivações são estáveis, e na medida em que as pessoas tendem a se relacionar com outras que possuem crenças semelhantes; então o comportamento eleitoral poderia ser previsível caso as inter-relações entre as atitudes individuais fossem desvendadas. Dessa forma, “conhecendo os mapas de transferência das forças psicológicas que pulsam os indivíduos no mundo da política pode-se prever como reagirão aos atrativos da política e como decidirão em quem votar” (Figueiredo 2008, 47). A tese, portanto, é que as pessoas devem reagir da mesma forma a diferentes situações. Levado na arena eleitoral, indivíduos semelhantes, do ponto de vista social e atitudinal, tendem a votar de maneira similar independentemente do contexto social. Desta maneira, as opiniões e crenças, quando formadas e consolidadas, tornam-se estáveis ao longo do tempo, constituindo não um campo de consciência social (como na abordagem sociológica), mas sim campos atitudinais.

Na década de 1960 o livro escrito por Angus Campbell, Philip Converse, Warren Miller e Donald Stokes, *The American Voter*, inspirou fortemente os estudos sobre o comportamento eleitoral ao introduzir o conceito de Identificação Partidária. De acordo com LeDuc (LeDuc, Niemi e Norris, 2010, 7) a literatura contemporânea sobre psicossociologia continua a construir a partir das bases estabelecidas pelo livro. Dalton e Wattenberg (Dalton e Wattenberg, 1993, 193) ao apontar que “voto é um ato individual de cada ser humano e as decisões coletivas de um estado ou eleitorado nacional são formados de escolhas individuais de muitas pessoas, e deve ser analisado a partir de fatores psicológicos: [...] voto é no fim um ato individual, e os motivos para esse ato deve ser procurado nas forças psicológicas em cada um dos seres humanos” afirmam, assim como o faz Pippa Norris (Norris, 2004, 126) a importância do livro na análise contemporânea do comportamento eleitoral.

A vertente psicossocial tomaria aos sentimentos, os laços afetivos e as crenças como elementos constitutivos da Identificação Partidária. Visto que, os efeitos dos macro-fatores sociais são previamente “tratados” por um filtro cognitivo individual, a construção da identidade política é o resultado da convergência empática entre candidato e partido em torno da “credibilidade” (Figueiredo 2008). Em um trabalho mais recente, no livro *The New American Voter*, Warren Miller e J. Merrill Shanks (1996) estabelecem uma tipologia do eleitorado norte-americano: i) ideológicos – indivíduos que decidem fundamentados na relação contínua entre candidatos liberais e candidatos conservadores; ii) retrospectivos – indivíduos que decidem com base em seus referenciais de benefícios e analisam retrospectivamente; iii) indivíduos que têm pouca ou nenhuma avaliação sobre porque decidem.

Embora posteriores estudos destacam a correlação entre o resultado eleitoral e as preferências partidárias, no âmbito individual ainda os resultados não são conclusivos (Carreirão 2002; Mair 1997; Norris, 2004). Três fatores são importantes para explicar esta questão: i) a importância da imagem do candidato e das lealdades partidárias em cenários de “ambiguidade”; ii) a satisfação

individual com o desempenho dos governantes (Castro 1992); e iii) a distribuição da hierarquia de preferências partidárias entre os indivíduos – fator que se aproximaria também da explicação racionalista. Dado este quadro, o respectivo grau de informação dos estratos sociais influenciaria fortemente as preferências individuais (Castro 1992), reforçando a importância da variável “escolaridade”.

Outro aspecto importante é a identificação do indivíduo em função de issues (temas específicos) e não por determinada orientação ideológica. Neste sentido, os conceitos de “grau de centralidade” e de “grau de motivação” ajudam a melhor perceber o alcance da explicação psicológica do voto. O primeiro se refere aos temas políticos considerados mais importantes pelos eleitores, enquanto o segundo (ao contrário da estabilidade do sistema de personalidades, valores e crenças) pode mudar em função da situação social (Converse e Dupeux 1975; Figueiredo 2008).

Por fim, os estudos de cultura política complementam a abordagem psicológica do comportamento eleitoral, contribuindo com a percepção do “conjunto de tendências psicológicas dos membros de uma sociedade em relação à política” (Almond e Verba 1965,31). Medir os níveis de confiança, tanto interpessoal, quanto institucional, constituiria um passo fundamental para a compreensão do relacionamento entre instituições e indivíduos. Muitas pesquisas têm revelado o declínio da confiança nas instituições políticas, particularmente nos partidos; o desafio aqui é distinguir a elevada criticidade, característica importante para a formação do juízo dos cidadãos, de uma perda completa da credibilidade no regime democrático. Por este motivo, investigar o grau de consenso sobre as normas, valores sociais (Peschard 2001), os laços comunitários e, sobretudo, o “capital social” (Putnam 1996), revelaria as capacidades de coordenação e de eficiência da sociedade. Em resumo, a cultura pode ser observada como a distribuição padrão dos objetivos políticos particulares de uma nação (Díaz 2004). É importante notar que, ao contrário da corrente sociológica, para a abordagem psicossocial, assim como para a teoria da escolha racional que veremos a seguir, o somatório das crenças individuais explicaria os resultados sociais.

TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

A tradição racionalista nos estudos sobre o comportamento eleitoral encarna um ponto de vista controverso: as restrições do ambiente social não seriam determinantes à decisão do eleitor, pois ele age isoladamente em busca de benefícios. Ao contrário das outras correntes, o contexto político-institucional é visto aqui apenas como um ponto de partida, a situação na qual o eleitor se encontra, e não um espaço que também influenciaria suas decisões.

Para Marcus Figueiredo, esta abordagem se sustenta em duas premissas: i) “as escolhas dos indivíduos buscam atingir objetivos individuais” e ii) os “resultados agregados são o somatório de decisões individuais” (Figueiredo 2008, 131). O enfoque do argumento é que a maximização e otimização dos seus interesses, ou a sua manutenção, refletiriam o posicionamento político do indivíduo, não havendo espaço para determinações advindas dos campos atitudinais. Neste sentido, o comportamento assume uma natureza tanto estratégica como instrumental. Primeiro, porque o sujeito hierarquiza suas preferências (estratégia) e, segundo, porque busca agir para satisfazer seus próprios interesses (instrumentalidade). As posições políticas do eleitor, portanto, são calculadas de acordo com as expectativas pessoais de ganho.

O clássico livro de Anthony Downs publicado em 1957, “An Economic Theory of Democracy”, enfatiza o fundamento do cálculo econômico realizado pelo eleitor individual: o ganho obtido com a vitória eleitoral do candidato escolhido, ou partido, precisa ser maior do que o custo de votar (Downs 1957). O homem mediano, o tipo encontrado na maior parte da população, é movido por razões egoístas e tem na base de sua racionalidade o objetivo de minimizar a incerteza.

A racionalidade do eleitorado pode se manifestar de diferentes formas, mas basicamente assume um comportamento “maximizante” ou “satisfacionista”. O primeiro, consiste na busca do melhor resultado desejado; o segundo, na escolha de opções que satisfaçam o eleitor (Figueiredo 2008). O modelo maximizante é prospectivo, a pessoa é dotada de uma racionalidade plena que a capacita para calcular possibilidades futuras. Quanto ao modelo satisfacionista, também conhecido como “economicista”, o comportamento humano é essencialmente avaliativo e retrospectivo, o que eventualmente significa uma inflexão do componente estratégico característico do eleitor maximizante e calculador (Figueiredo 2008). Para a teoria satisfacionista, o sucesso eleitoral depende da performance prévia dos governantes, trata-se de uma avaliação econômica retrospectiva. Embora este argumento não explique como partidos sem experiência política conseguem receber votos, ele revela a existência de um voto econômico baseado na convergência entre as ações de lideranças partidárias e os interesses materiais dos indivíduos.

Para a abordagem racional, a identificação partidária não ocorreria por meio subjetivo (consciência de classe ou formação cognitiva atitudinal), mas, sobretudo através de informações do mundo político que os eleitores assimilam e utilizam a seu favor (Figueiredo 2008; Castro 1992) – os partidos representariam uma espécie de atalho informacional para processar sua decisão. É através deles que os indivíduos conseguem minimizar os custos relativos à informação a fim de realizar seu cálculo. A teoria racional, de todo modo, supõe que o eleitor define a direção do seu voto em função de suas preferências partidárias, ideologicamente condicionadas pela expectativa individual por benefícios. Os eleitores também seriam distribuídos segundo a distância entre a posição ideológica do próprio eleitorado e a dos partidos e candidatos (Castro 1992). Dentro da teoria da escolha racional, dita distribuição que é estimada subjetivamente é denominada *continuum*.

As legendas igualmente podem ser vistas como instituições voltadas à maximização do voto (Downs 1957), pois, à medida que vencem eleições se tornam mais pragmáticas. Elas estabelecem um ponto de equilíbrio dentro da organização entre a “disposição de ganhar eleições” e a “disposição de sustentar propósitos políticos” (Figueiredo 2008, 110).

É importante deixar claro que a associação entre voto e identificação partidária, demonstrada com sucesso por diversos estudos empíricos, não significa necessariamente a convergência entre as opiniões do eleitorado e as propostas defendidas pelos candidatos e partidos. As características ideológicas da grande massa do eleitorado, neste aspecto, seriam em certa medida desestruturadas (Castro 1992). O partido pode alcançar apoio eleitoral se apresentar alguma chance real de sucesso, havendo assim certa racionalidade satisfacionista. Entretanto, se a “realidade política” não impelir o eleitorado a votar no “menos pior”, é sinal de que os eleitores se orientam prospectivamente. Neste caso estaríamos diante do “eleitor sincero”, aquele que, mesmo não vendo chances reais de vitória, vota nos seus candidatos e partidos mirando fortalecê-los para os pleitos ulteriores (Figueiredo 2008).

Quanto ao voto econômico, cabe salientar que a maneira como os governos dirigem a economia pode alterar a percepção dos indivíduos (Powell e Whitten 1993). O fator ideológico, por exemplo, é importante, visto que, governos de esquerda conduzem, na média, de forma distinta os assuntos econômicos do país em relação aos de direita. Sendo que tanto a percepção da responsabilidade os critérios de escolha variam, como os critérios de escolha assim também as “regras de decisão” (Kramer 1971) estabelecidas pelo eleitor com base no desempenho passado dos governantes. O voto econômico, portanto, depende em grande medida da responsabilidade sobre a economia que o eleitor atribui aos mandatários.

A realidade política também evidencia que os partidos governistas são proporcionalmente menos recompensados em cenários positivos em comparação às circunstâncias negativas (Bloom e Price 1975). Da mesma forma, os eleitores são mais propensos a reagir em vésperas de eleição a quadros negativos do que a situações positivas (Figueiredo 2008).

Além do fator ideológico, o tipo de política pública pode afetar sensivelmente a escolha racional. Em países socialmente menos desiguais o voto traduziria demandas equilibradas entre médio e curto prazo; já em sociedades mais desiguais, as orientações de curto prazo prevaleceriam (Figueiredo 2008). Essa variação é associada ao nível informacional dos estratos sociais, que, por sua vez, oscila de acordo com a conjuntura econômica de cada país. Assim, a volatilidade eleitoral poderia ser também explicada pela capacidade dos partidos em atender políticas de curto prazo.

As críticas voltadas à teoria racional ressaltam o fato que o espaço da vida política não é unidimensional (Campbell et. al. 1964). Outras dimensões como a religiosa e étnica, por exemplo, interfeririam profundamente na racionalidade individual. Isto, sem contar que eleitores, candidatos e partidos entendem e calculam o processo político de maneira assimétrica, face ao déficit informacional existente entre ambos.

Em resumo, sob a perspectiva da teoria racionalista, os indivíduos estariam sempre descontentes; embora seja preciso considerar a ocorrência de tipos comportamentais variados, como aqueles mais altruístas, preocupados com a coletividade, e outros que se limitam exclusivamente aos próprios interesses (Kinder e Kiewiet 1979). De todo modo, a teoria racional é uma proposição normativa, pois nos mostra como devemos agir ligando “adequadamente” meios e fins (Figueiredo 2008). Por esta razão, é esperado que as pessoas sob as mesmas condições contextuais possam tomar as mesmas decisões (Figueiredo 2008), caso o contexto se modifique, o cálculo racional igualmente deverá se alterar.

Por fim, conforme exposto no “Teorema Geral da Impossibilidade” de Kenneth Arrow, as decisões individuais apesar de consistentes não necessariamente implicam em “resultados coletivos igualmente consistentes” (Figueiredo 2008) ou em crenças sociais medianas (Elster 1999). Em virtude desta questão, a contribuição de Fábio Reis é fundamental para percebermos que a racionalidade deve ser entendida não somente em relação aos fins específicos almejados pelos indivíduos, mas, sobretudo, em referência à própria característica da ação (Reis 2000; Pereira 2014).

Abaixo, apresentamos um quadro com os tópicos mais relevantes das correntes teóricas abordadas até aqui.

Quadro 1: Principais elementos do comportamento eleitoral

ELEMENTOS	SOCIOLÓGICO	PSICOLÓGICO	ESCOLHA RACIONAL
FATORES DETERMINANTES	MACRO FATORES: - Estrutura econômica e social - Posição do indivíduo na estrutura Social	MICRO FATORES: - Sistema de Personalidades. Cultura Política - Papel e função social do indivíduo	MICRO FATORES: - Expectativas pessoais de ganho do indivíduo
OBJETO DA TEORIA	- Exógeno - Interação Social - Influência de Grupos Sociais	- Endógeno - Socialização - Identificações sociais e motivações políticas individuais	- Endógeno - Cálculo econômico - Ação individual isolada. Não determinada por identificações sociais
CONTEXTO SOCIAL	Revela as distancias existentes entre as pessoas	Revela como as condições sociais são mediadas por mecanismos psicológicos	Revela o ponto de partida em que se encontra o eleitor
ALTERAÇÃO DO CONTEXTO SOCIAL	Influenciam as relações sociais e por consequência o comportamento	Indivíduos com valores e motivações semelhantes votam similarmente em qualquer contexto	Mudando o contexto, o cálculo racional do indivíduo também se altera.
CAMPANHAS ELEITORAIS	Pouco influenciam, pois apenas reforçam as predisposições anteriores do indivíduo e seu respectivo grupo social	- Influenciam se os indivíduos identificarem credibilidade aos partidos - Não há necessariamente convergência entre os valores individuais e o resultado eleitoral	As chances eleitorais dos partidos influenciam na escolha, considerando o resultado que traga mais benefício individual
PARTIDOS	- Relação com base em Clivagens Sociais - “Contrato” de representação de interesses	- Identificação Partidária - Relação empática de identificação em busca de credibilidade - Orientação individual por issues	- Relação instrumental e informacional - Orientação individual por issues
VOLATILIDADE ELEITORAL	- Ocorre quando os partidos não representam as clivagens sociais - Realinhamento Eleitoral	Ocorre quando as opiniões e crenças individuais não estão consolidadas, tornando-se instáveis ao longo do tempo	- Relacionado ao cálculo maximizante ou satisfacionista individual. - Depende da avaliação do governo. Voto retrospectivo e o voto prospectivo
CRÍTICAS TEÓRICAS	Pouca autonomia do indivíduo em face da estrutura social	Somente as motivações e crenças não levam o indivíduo a agir	- A visão unidimensional da vida social é limitada - Não é eficiente quando existem mais de uma opção considerada ótima e racional

Fonte: Elaboração própria com base em Figueiredo (2008); Castro (1994); Reis (1988); dentre outros.

A DECISÃO DO VOTO

Para estabelecer critérios, calcular preferências e efetivar o seu voto, o eleitor primeiro decide se irá ou não participar do pleito. Afinal, por que votar se a sua escolha individual pouco influencia o resultado final e se os benefícios coletivos proporcionados pelo governo eleito serão destinados a todos?

Na maioria das democracias, baseadas no voto facultativo, parte considerável da população não participa das eleições (Castro 1992). Estas proposições sobre a decisão do voto são originárias da teoria econômica downsiana, conhecida na literatura como “paradoxo da participação”, cujo propósito seria a compreensão não apenas da baixa participação eleitoral, mas sim da sua própria lógica racional. O pressuposto é que a “não-participação”, considerando a aparência ilusória do poder do voto, seria o comportamento esperado dos eleitores em condições normais.

Marcus Figueiredo, em seu livro “A Decisão do Voto”, argumenta que a mesma teoria racional resolveria o paradoxo. Segundo o autor, “cada eleitor avalia a eficiência do seu ato sob a condição de incerteza sobre o que os demais eleitores farão e, porém, decide antecipando a decisão dos demais” (Figueiredo 2008). Em outras palavras, o voto constitui-se de um ato cooperativo, uma vez que a ação individual influencia outras pessoas – mesmo não havendo necessariamente qualquer coordenação entre elas. A decisão do voto, nestes termos, sugere um cálculo sobre a previsibilidade do voto dos outros.

A explicação psicológica sobre a temática anota que em campanhas eleitorais muito acirradas (“empate técnico”) a probabilidade de o indivíduo participar do processo seria maior (Ferejohn e Fiorina 1974). O voto, influenciado pela taxa de competitividade eleitoral (Figueiredo 2008), teria maior relação com as chances eleitorais dos candidatos do que, efetivamente, com as preferências pessoais dos eleitores.

Os estudos culturalistas também se ocuparam deste problema. Para Almond e Verba, em “The Civic Culture” de 1965, a estabilidade democrática dependeria de as pessoas acreditarem no “mito da democracia”. Os autores apontaram que a participação, em si, não pavimentaria um quadro permanentemente estável, pois “uma grande fonte de descontentamento político é a aceitação das normas de participação, juntamente com a crença de que não se pode de fato participar” (Almond e Verba 1965, 135).

A rigor, a questão central da decisão do voto para os estudos do comportamento eleitoral é identificar como tal ação se desenvolve em situações e ambientes diversos (Castro 1992). Neste sentido, os custos de votação também podem ser dirimidos em razão de certos valores e crenças embutidos nos eleitores, tais como a preferência partidária ou o voto ético (Ordeshook e Riker 1968). Ainda que a racionalidade e a instrumentalidade sejam estratégicas no processo político, o contexto institucional e sociológico inevitavelmente pesará nesta análise (Reis 1988). Assim, poderíamos igualmente assumir que a incerteza das eleições teria mais a ver com uma deficiência informacional – o elevado custo para obter informação sobre o mundo político – do que forçosamente uma característica estrutural da competitividade política (Castro 1992).

No Brasil, esta questão não fica muito clara por causa da obrigatoriedade do voto, a participação ou não processo eleitoral acaba não sendo tanto um debate sobre a racionalidade do ator, mas sim sobre a qualidade das escolhas. Antes do eleitor refletir, ou buscar informações e inferir o comportamento esperado dos outros, recai sobre ele o dever de comparecer às urnas como constrangimento institucional.

OS SENTIDOS DO VOTO

Para dar conta das questões ultimamente suscitadas nas democracias contemporâneas, a literatura especializada tem aprofundado muitos temas transversais às eleições. Neste sentido, para além das distintas correntes já observadas no capítulo, a seção aborda as causas e efeitos do comportamento eleitoral, conferindo não somente as razões que levam o indivíduo a votar, mas as suas preferências. Assim, esta parte do texto está organizado da seguinte maneira. Em primeiro lugar, discutimos como a comunicação e os veículos informativos formam a imagem dos candidatos, influenciando o comportamento eleitoral. Em seguida, tratamos do aspecto informacional nas eleições e do conceito de “sofisticação política”. Por último, analisamos o papel das instituições e da trajetória histórica enquanto fatores explicativos do voto.

COMUNICAÇÃO, IMAGEM, SENTIMENTOS E EMOÇÕES

Um assunto muito caro aos estudos do comportamento eleitoral é a comunicação – essencial para que as estratégias políticas se cristalizem nas sociedades contemporâneas (Telles 2009). O campo de estudos que abarca tanto a comunicação, quanto a ciência política, e que tem rendido muitas pesquisas é a Opinião Pública. Saber se as preferências individuais são formadas pela maneira como os políticos se comunicam ou pelas propostas levantadas por eles é o mote desta temática, que ainda não deixa de considerar a possibilidade de junção destes dois fatores.

Para Manin (1997) os eleitores não manifestam plenamente suas identidades sociais nas eleições, mas sim reagem às questões suscitadas pelos candidatos. Para o autor, esta é a perspectiva que estrutura um voto ao mesmo tempo reativo e personalista, característico das “democracias de público”. Os programas partidários seriam dessa forma substituídos pela imagem do candidato, não havendo mais o vínculo a um partido, mas sim à confiabilidade do político (Manin 1997).

É factível que o eleitorado decida seu voto com base em sentimentos e emoções suscitados pelas imagens dos candidatos, por sua vez, amplamente difundidas através dos meios de comunicação social. Dessa forma, a influência da mídia causaria um comportamento eleitoral mais intuitivo do que racional (Silveira 1998; Borba 2005) – a despeito de tais imagens serem simplificações da realidade, quando comparadas entre si elas se tornam suficientes para impactar as preferências eleitorais.

Alguns estudos têm apontado que os eleitores possuem uma inteligência afetiva com base nestas imagens, o que envolve sentimentos de entusiasmo e de ansiedade (Pimentel Jr.2010; Marcus 2003). Estas emoções se desenvolvem antes dos sentimentos e são construídas com base nas imagens dos candidatos e na memória individual (Lavareda e Telles 2011), tais sentimentos possuem funções avaliativas (Marcus 2003) que servem como determinantes do voto. Em suma, os eleitores entusiasmados seriam mais propensos a escolher candidatos e os ansiosos apresentariam maiores dúvidas sobre suas preferências (Pimentel Jr.2010). Por este motivo a estratégia das campanhas não é linear, podendo assumir distintas formas durante o processo eleitoral para construir uma imagem que seja melhor recebida pelo eleitor (Lavareda 2009; Oliveira 2012; Veiga 2001). De uma forma geral, as pesquisas tendem a estimar cenários e a previsibilidade de eventos que geram sentimentos e emoções durante as eleições.

A teoria da escolha racional aceita o poder explicativo da mídia, pois, a exemplo dos partidos políticos, a imprensa se constitui enquanto “atalho” para o indivíduo obter informações. Por sua vez, as teorias sociológicas e psicológicas do comportamento eleitoral resistem em considerar o papel determinante da mídia para explicar o voto (Guazina 2007). Esta posição se fundamenta na lógica de que os atores importantes das eleições se constituem previamente e não durante as campanhas. Além disso, a comunicação, em si, seria um instrumento enviesado pelos interesses dos agentes partícipes do processo.

INFORMAÇÃO E SOFISTICAÇÃO POLÍTICA

A teoria psicossocial reconhece que apenas uma parte reduzida do eleitorado articula seus valores, adquiridos da socialização, com suas preferências políticas. A ideia de sofisticação política incide justamente sobre esta capacidade de processamento de informações (Luskin 1990; Neuman 1981). Este conceito é abrangente porque não se limita aos níveis de informação do indivíduo, também tem relação com variáveis sócio demográficas, gênero, idade e outras variáveis subjetivas, como o interesse político, por exemplo (Fuks e Pereira 2011).

A forte correlação entre sofisticação política e a estratificação social impacta decisivamente o comportamento eleitoral, levando os indivíduos a reagirem de maneira muito diferente entre si. Um exemplo, neste sentido, é a pesquisa de Turgeon e Rennó (2010) que nos mostra a desigualdade de informação política no Brasil afetando a opinião dos eleitores quanto aos gastos do governo e a arrecadação de impostos. Em geral, pode-se dizer que há maior estabilidade sobre assuntos econômicos quando os eleitores são mais “sofisticados” politicamente (Zaller e Feldman 1992). Esta percepção é fundamental para que as atitudes cognitivas do eleitor relacionadas ao voto econômico sejam estáveis, pois os eleitores considerados menos sofisticados trazem suas preferências pessoais prévias à tona, influenciando sua avaliação acerca da economia. Ou seja, os indivíduos, de certa maneira, enviesam a sua própria percepção sobre a responsabilidade política do desempenho econômico do país, configurando uma decisão mais carregada de aspectos subjetivos do que propriamente objetivos (Pereira 2014).

Em resumo, para Castro (1994), a maioria da população possui um baixo grau de sofisticação em vista da desinformação e da capacidade de processar opinião sobre as questões mais importantes da política nacional – apenas uma minoria apresenta preferência partidária baseada em informação sobre partidos e candidatos. Além disso, possivelmente uma das causas da baixa consistência ideológica é o fato dos eleitores atribuírem aos partidos as qualidades que mais lhes agradam (Castro 1994). Contudo, o déficit informacional não deve ser confundido com o comportamento irracional, pois o eleitor toma suas decisões em função dos dados que lhe são acessíveis, imagens ou visões difusas da realidade, geralmente repassadas por elites políticas.

Instituições, trajetória e a questão temporal

As eleições não se limitam ao dia da votação e à contagem dos votos, mas constituem um processo social. As instituições políticas, como, por exemplo, as normas eleitorais e os partidos, cumprem um importante papel em momentos específicos dessa trajetória, gerando incentivos e constrangimentos tanto aos eleitores, quanto aos candidatos e partidos. As elites partidárias orientam suas estratégias políticas de acordo com as regras do jogo e atuam diretamente no processo de seleção de candidatos, o que, por sua vez, afeta o cálculo do eleitor (Bartolini e Mair 1990).

Igualmente, o tipo de eleição pode alterar a decisão de votar – campanhas majoritárias geram maior apelo para os indivíduos do que as proporcionais (Lavareda 2009). De todo modo, é preciso ter em mente que os eleitores apóiam seus candidatos e partidos de acordo com as opções dadas, conforme assevera a teoria institucional da escolha política – agregadora de aspectos da teoria psicossocial e da escolha racional (Sniderman e Levendusky 2007).

Com relação ao sistema político, cabe destacar alguns pontos da literatura que servem à análise institucional. No presidencialismo, por exemplo, existe a possibilidade de formar governos minoritários quando o sistema é multipartidário, o que, além de elevar o custo da manutenção de coalizões, também dificulta a alteração do status quo (Mainwaring e Shugart 1997). Neste arranjo institucional os eleitores teriam também maiores dificuldades para decidir, considerando as inúmeras alternativas disponibilizadas pelo sistema político.

De maneira geral, estas argumentações sustentam que as bases institucionais da disputa política proporcionam as condições básicas para os indivíduos decidirem racionalmente (Figueiredo 2008). Esta premissa não deixa de endossar ao mesmo tempo uma crítica frontal à teoria racional, pois as eleições, bem como as movimentações políticas inerentes a elas, não ocorrem em um vazio social.

A concordância ou identificação com o sistema político, especificamente suas regras, igualmente pode provocar um efeito psicológico sobre a formação das atitudes. Se o indivíduo não concorda com as regras, ou não as entende, a sua decisão ficaria enviesada, psicológica ou socialmente, dessa maneira; embora, de acordo com a teoria racional, esta seja a chave para o eleitor estabelecer, subjetivamente, uma escala de preferência. É a partir do “estado de natureza”, ou melhor dizendo, do “conjunto de crenças racionais acerca da estrutura causal da situação decisória” (Figueiredo 2008, 145), que se constitui o nível de incerteza capaz de mobilizar o indivíduo no processo eleitoral, incluindo aí a concordância ou não com as regras.

Os estágios existentes em uma campanha podem proporcionar uma relação causal, influenciando as novas decisões individuais e a escolha final do voto (Przeworski 2005). Neste sentido, o aspecto contextual da ação constituiria uma trajetória histórica do processo eleitoral (Oliveira 2012), alguns estudos também identificaram que a noção temporal do indivíduo afetaria a sua avaliação sobre as políticas econômicas e o desempenho do governante (Lewis-Beck 1985; Fiorina 1981).

A rigor, os estudos que levam em conta a trajetória histórica das campanhas conseguem ressaltar um aspecto importante do comportamento. Independentemente da interpretação teórica, a possibilidade de o indivíduo alterar sua preferência durante o processo eleitoral deve ser levada em conta, pois as escolhas podem até ser racionais em última instância, mas não há como afirmar a sua invariabilidade (Reis 2000).

ESTUDOS SOBRE O COMPORTAMENTO ELEITORAL NO BRASIL

A análise do comportamento eleitoral representa uma parcela significativa das pesquisas em ciência política no país. Os estudos na área são realizados basicamente por investigações empíricas, surveys, entrevistas e pesquisas de opinião, assim como por reflexões teóricas acerca das instituições políticas, das regras e normas do sistema eleitoral, e o posicionamento dos atores.

Coletar dados ao nível de pesquisas de opinião, considerando o alto custo em razão das dimensões continentais do país, é um dos inúmeros desafios do campo. Uma fonte de pesquisa bastante utilizada é o Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro), trata-se de uma pesquisa pós-eleitoral coordenada pelo Cesop (Centro de Estudos de Opinião Pública), vinculado à Unicamp. Outra fonte é o “Repositório de dados eleitorais” que o TSE disponibiliza em seu sítio na internet, sendo possível a obtenção de informações referentes ao eleitorado, candidatos, partidos, resultados eleitorais e à prestação de contas das campanhas.

Nesta seção vamos retratar, em primeiro lugar, o balanço da produção acadêmica na área, levando em conta a sua história e desenvolvimento recente; e, em seguida, abordaremos as tendências e lacunas dos estudos brasileiros sobre o comportamento eleitoral.

PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL

No Brasil, um dos trabalhos pioneiros da área foi realizado em 1956 por Aziz Simão. Ele observou a votação obtida pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB) em bairros operários de São Paulo na década de 1940 (Simoni Jr. 2012). Nos anos 1960 e 1970 este campo de estudo se expandiu e produziu obras importantes, tais como, “Partidos Políticos em Belo Horizonte” de Antônio Octávio Cintra, publicado em 1968, que analisou o eleitorado de perfil conservador no meio urbano e a manutenção de valores tradicionais; o artigo de Amaury de Souza em 1972, “Determinismo social, racionalidade e o voto flutuante em 1960”, publicado na Revista Dados do antigo IUPERJ, que investigou, sob o prisma da escolha racional, a decisão do voto na eleição presidencial de 1960; e o livro “Sociedade e Política no Brasil” de 1973 onde Gláucio Soares realizou surveys sobre a disputa eleitoral e investigou o fenômeno do lacerdismo, assim como o contexto político do Rio de Janeiro na década de 1960.

Outras publicações se valeram de diversos estudos de caso acerca do cenário eleitoral do período, destacamos: “Os Partidos e as Eleições no Brasil” (1978), de Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso; “Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro”, organizada por Fábio Reis (1978); e “Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil, 1970-1979” de Bolívar Lamounier lançado em 1980. Estas obras abordaram disputas eleitorais em plena ditadura militar e revelaram o perfil do eleitor brasileiro marcado pela desinformação e indiferença quanto aos processos políticos (Reis 1978; Pimentel Jr. 2007).

De uma forma geral, as pesquisas deste período eram predominantemente enquadradas na abordagem sociológica do fenômeno eleitoral. Essencialmente buscavam compreender a correlação entre o voto e o processo de industrialização e urbanização pelo qual o país atravessava (Borba 2005). A partir dos anos 1980, outros fatores começaram a ganhar espaço na literatura nacional, uma das principais foi a interpretação de origem psicossocial. Esta abordagem utilizava diversas variáveis como, por exemplo, a identificação partidária. Entretanto, a estabilidade que se previa com a redemocratização não foi encontrada pelos pesquisadores (Radmann 2001). O personalismo constante, sobretudo entre as classes urbanas mais baixas, desafiava uma perspectiva de identificação do eleitor com os partidos, além do fato das preferências eleitorais não se encaixarem plenamente às opiniões dos indivíduos (Castro 1994).

Na década de 1990, consolidou-se uma nova onda de estudos sobre o comportamento eleitoral. Em destaque o livro de Marcus Figueiredo, “A decisão do voto: democracia e racionalidade” de 1991, que se tornou indispensável face a sua discussão da ação política do indivíduo. O artigo de

Mônica Mata Machado Castro publicado em 1992 na Revista Brasileira de Ciências Sociais, “Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral”, igualmente nos trouxe importante contribuição para o balanço da literatura e para a aplicação do conceito de sofisticação política ao debate nacional. Outra contribuição foi o livro “A Decisão do Voto no Brasil” de Flávio Eduardo Silveira, publicado em 1998, que estabeleceu uma tipificação dos eleitores no Brasil.

TENDÊNCIAS E LACUNAS

A análise da conexão entre as opiniões políticas individuais e o voto é uma linha clássica dos estudos sobre o comportamento eleitoral. Nesta direção, o balanço da produção acadêmica mais recente tem sugerido que o eleitor brasileiro não possui vínculos afetivos de longa duração com partidos (Pereira 2014). Boa parte da literatura nacional busca no voto das classes mais populares a chave interpretativa desta característica (Pereira 2014), uma vez que as políticas de distribuição de renda se consolidaram na última década. Como, historicamente, o Estado tem sido um ator central na estruturação do sistema político no país, o desempenho dos governantes ao influenciar a vida das pessoas, especialmente as classes mais populares, importaria para a decisão do voto, justificando a natureza desse enfoque.

As eleições presidenciais da década de 1990, a implementação do Plano Real e o controle da inflação (Carreirão 1999) foram observados sob a interpretação do voto econômico, ou seja, a preferência eleitoral enquanto resultado do cálculo retrospectivo do eleitor. O fraco desempenho da economia nacional no segundo mandato do presidente Fernando Henrique (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) igualmente impulsionou outros estudos baseados no êxito dos governantes responsáveis pelas políticas econômicas. Este foi o mote dos trabalhos que se debruçaram sobre a eleição de 2002, que elegeu o candidato opositor Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores - PT) (Carreirão e Barbetta 2004; Balbachovsky e Holzhacker 2006). Seguindo a linha de análise, a reeleição de Lula em 2006 foi objeto da explicação do voto popular sob o impacto do programa Bolsa Família (Nicolau e Peixoto 2007; Hunter e Power 2007).

Entretanto, a análise retrospectiva (econômica) do voto não foi a única explicação destes processos. De acordo com Pereira (2014, 168), nas eleições presidenciais de 2002 apenas as “avaliações sociotrópicas” tiveram efeito positivo, quer dizer, quando o eleitor considerava a situação econômica do país “como um todo” houve uma associação positiva com a sua escolha eleitoral. Dessa forma, a satisfação econômica individual apresentou menor correlação com a decisão do eleitor (Pereira 2014), contrariando premissas do voto retrospectivo e da escolha racional.

Outra frente de estudos é o enfoque dado à tese do realinhamento eleitoral no Brasil, posta em destaque por Singer (2000; 2012). O seu argumento é que o subproletariado brasileiro, que historicamente votou em partidos conservadores, deslocou-se eleitoralmente para o PT nas campanhas de 2006 e 2010 em razão da plataforma político-social do governo Lula. Mesmo aceitando a perspectiva de o eleitorado demonstrar um conhecimento abstrato do significado de direita e esquerda, para Singer (2000), em alguma medida houve a identificação ideológica de uma classe social com o “lulismo” e, por conseguinte, uma votação coerente do eleitor com seu alinhamento classista. No entanto, precisamos ponderar se o fenômeno eleitoral do lulismo representou, de fato, um realinhamento ideológico ou apenas a expressão de mais uma variante do personalismo na política nacional.

Da mesma maneira que a identificação ideológica é uma lacuna nos estudos sobre o voto, o papel dos partidos políticos não fica muito claro. Carreirão e Kinzo (2004), por exemplo, pesquisaram como a baixa identificação partidária se reflete no comportamento do eleitor. Para os autores não fica evidente uma irracionalidade dos indivíduos neste sentido, pois, como a percepção da ideologia e dos partidos políticos acarreta maior custo informacional, o eleitor acaba fundamentando sua escolha de outras maneiras (Carreirão 2002).

A literatura brasileira tem sido consensual quanto ao baixo nível de informação do eleitor (Borba 2005). Uma consequência disto seria a fraca e declinante identificação partidária também enquanto fator negativo para a previsibilidade do processo eleitoral. Paiva e Tarouco (2011) atestam que, mesmo para aqueles que declaram gostar de algum partido, a escolha do candidato a deputado federal não acompanha a sua preferência partidária. Contudo, para os autores, ainda que os eleitores não decidam seu voto através de bases partidárias, a “fraqueza” dos partidos na arena eleitoral não é conclusiva. É inegável que o resultado das eleições está condicionado por variáveis partidárias (Paiva e Tarouco 2011), uma vez que determinadas legendas sistematicamente alcançam padrões de votação superiores a outras.

Moisés (1995) apresenta outra perspectiva a este debate quando ressalta que a desconfiança dos indivíduos nos partidos e na política, de maneira geral, seria efeito do processo relativamente recente da redemocratização. Para ele, esta dinâmica ainda incide atualmente, cuja evidência seria o baixo nível de capital político acumulado pelo eleitorado – tal suspeição igualmente se justificaria pela desconfiança nas instituições ser estável em todos os segmentos da sociedade, sem distinção de renda (Moisés 1995; Baquero 2000). Assim, no Brasil, além do eleitor ser pragmático, personalista e desconfiado politicamente, o comportamento eleitoral é caracterizado pelo “sentimento de ineficácia política” (Baquero e Castro 1996). Esta perspectiva alinha-se aos métodos de análise da cultura política para observar os níveis de confiança dos indivíduos sobre as instituições, revelando uma cultura política nacional cética e fragmentada.

Em resumo, a produção acadêmica nacional é diversificada e agrega elementos das principais abordagens teóricas do comportamento eleitoral. Busca-se igualmente alcançar um resultado condizente com a realidade brasileira, tendo em vista os modelos teóricos clássicos terem surgido para dar conta do eleitor médio norte-americano ou europeu (Castro 1997; Borba 2005). As imagens e percepções, ou mesmo a racionalidade do eleitor no Brasil, em muito se diferenciam dos tipos clássicos observados, o que aponta para a necessidade de se buscar caminhos próprios.

Radmann (2001) fez um balanço objetivo da produção acadêmica, enumerando perfis do eleitor, que nos serve para expressar as diversas perspectivas teóricas sobre o comportamento eleitoral no país (Quadro 2).

Quadro 2: Perfis de eleitorado com base na literatura nacional

ELEITOR PERSONALISTA PRAGMÁTICO	O eleitor é mobilizado por um sentimento de ineficácia política (Baquero e Castro1996), que o leva pragmaticamente a optar por candidatos, seus atributos pessoais de honestidade e competência, ao invés dos partidos políticos.
ELEITOR TIPO FLAMENGO	O voto para o eleitor tipo Flamengo, caracterizado pelo eleitorado popular, seria como a torcida para um time de futebol. A “síndrome do Flamengo” representaria o padrão de voto popular (Reis 2000) em um sistema de crenças quase binário, simplificado em imagens difusas como as divisões entre ricos e pobres, povo e governo.
ELEITOR SOFISTICADO	A “sophisticção política” consiste no entendimento que o eleitor tem do mundo da política, seus fatos e objetos, traduzindo o seu interesse pela política e envolvimento nas eleições, assim como a capacidade de candidatos e partidos de se comunicarem com o eleitor (Castro 1994).
ELEITOR IDEOLÓGICO	O eleitor sabe se posicionar na escala ideológica, definindo dessa forma seu voto. Para Singer (2000), como apenas uma parcela minoritária da sociedade tem preferência por alguma legenda, a ideologia seria uma variável mais abrangente do que a identificação partidária.

Fonte: Elaboração própria com base em Radmann (2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre o comportamento eleitoral ajudam a compreender como a sociedade se orienta em relação à política. Conhecemos as expectativas e desejos dos indivíduos frente aos partidos e ao desempenho político e econômico dos governos. Há uma quantidade razoável de trabalhos acadêmicos no país que fazem uma excelente revisão bibliográfica e abordam praticamente todos os pontos relevantes da literatura nacional e internacional (Castro 1994; Figueiredo 2008; Borba 2005; Radmann 2001; Oliveira 2012; Pimentel Jr.2007; Pereira 2014; Simoni Jr. 2012), o presente texto teve também a intenção de difundir estas pesquisas e contribuir com uma visão geral sobre o tema.

Como vimos, as teorias divergem em vários sentidos, mas é convergente entre elas o fato dos indivíduos possuírem um sistema de crenças ou visão de mundo que orientam sua participação eleitoral. Podemos considerar que o ponto de vista comum entre as teorias é que o comportamento eleitoral se constitui em um movimento pelo qual os indivíduos “posicionam os candidatos num continuum, aproximando-se ou distanciando-se de um ponto de referência” (Figueiredo 2008).

As teorias ocupam-se de investigar os fatores condicionantes do comportamento das pessoas no processo de decisão do voto. Sendo uma tendência atual dos estudos a inserção de fatores sociais, culturais e psicológicos junto à teoria da escolha racional. De todo modo, uma das tarefas teóricas deste campo de pesquisa é investigar os padrões de comportamento e as razões pelas quais o voto não seria suscetível a uma distribuição aleatória. Tal investimento intelectual é motivado pela necessidade de desvendar os mecanismos por onde, a despeito da multiplicidade de interesses existentes na sociedade, as democracias se sustentam e se desenvolvem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almond, Gabriel, e Sidney Verba. 1965. *The civic culture*. Boston, Little, Brown and company.

Arrow, Kenneth. 1951. *Social choice and individual values*. Nova York, John Wiley.

Balbachevsky, Elizabeth, e Denilde Oliveira Holzacker. 2006. "Determinantes das atitudes do eleitorado brasileiro com relação à privatização e aos serviços públicos". *Opinião Pública*, 12: 38-56. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762006000100002>.

Baquero, Marcello. 2000. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre, Ed. UFRGS.

Baquero, Marcello, e Henrique Carlos de O. Castro. 1996. "A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política". En: *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*, editado por Marcello Baquero. Porto Alegre, Ed. UFRGS.

Bartolini, Stefano, e Peter Mair. 1990. *Identity, competition and electoral availability. The stabilisation of European electorates, 1885-1895*. Cambridge, Cambridge University Press.

Berelson, Bernard, Paul Lazarsfeld, e William McPhee. 1954. *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. Chicago, University of Chicago Press.

Bloom, Howard e H. Douglas Price. 1975. "Voter response to short-run economic conditions: the asymmetric effect of prosperity and recession". *The American Political Science Review*, 69: 1240-54.

Borba, Julian. 2005. "Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro". *Opinião Pública*, 11: 147-168. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000100006>.

Calca, Patrícia. 2010. "As clivagens políticas e os partidos: uma abordagem", Instituto Universitário de Lisboa. Cies e-working paper no. 99/2010. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2176/1/CIES-WP99_Calca.pdf.

Campbell, Angus, Philip Converse, Warren Miller, e Donald Stokes. 1964. *The American Voter*. New York, John Wiley & Sons, Inc.

Cardoso, Fernando H., e Octavio Ianni. 1976. "Introdução". en: *Homem e sociedade. leituras básicas de sociologia geral* (pp. 1-22), São Paulo, Cia. Editora Nacional.

Carreirão, Yan de S. 1999. "Avaliação do governo e 'voto econômico". *Lua Nova*, 48: 213-232. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451999000300012>.

Carreirão, Yan de S. 2002. "Identificação ideológica e voto para presidente". *Opinião Pública*, 8: 54-79. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762002000100004>.

Carreirão, Yan de S., e Pedro Alberto Barbetta. 2004. "A eleição presidencial de 2002: a decisão de voto na região da grande São Paulo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 56: 75-93. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092004000300006>.

- Carreirão, Yan de S., e Maria D'Alva Kinzo. 2004. "Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002)". *Dados*, 47: 131-168. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582004000100004>.
- Castro, Mônica Matta Machado de. 1992. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *Revista brasileira de ciências sociais*, 20: 7-19.
- Castro, Mônica Matta Machado de. 1994. Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política. Tese de doutorado em ciência política. IUPERJ, Rio de Janeiro.
- Castro, Mônica Matta Machado de. 1997. "O comportamento eleitoral no Brasil: diagnóstico e interpretações". *Revista teoria & sociedade*, 1: 126-168.
- Cintra, Antônio Octávio. 1968. "Partidos políticos em Belo Horizonte: um estudo do eleitorado" *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 5.
- Converse, Philip, e Georges Dupeux. 1975. "Public opinion and voting behavior". En: *Handbook of Political Science*, v. 4. Editado por Fred Greenstein e Nelson W. Polsby. Princeton, Addison-Wesley Publishing Company.
- Dalton, Russell, e Martin P Wattenber. 1993. The Not so Simple Act of Voting. En: *Political Science: the State of the Discipline II*. Editado por Ada W Finifter. Washington: American Political Science Association.
- Díaz, Araceli. 2004. "As atitudes políticas na Espanha, segundo uma estrutura dimensional indutiva". *Opinião Pública*, 10: 139-161. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762004000100006>
- Downs, Anthony. 1957. *An economic theory of democracy*. New York, Harper & Row Publishers.
- Elster, Jon. 1986. *Rational choice*. New York, New York University Press.
- Elster, Jon. 1999. "A possibilidade da política racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14:13-40, <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091999000100002>.
- Ferejohn, John, e Morris Fiorina. 1974. "The paradox of not voting: a decision- theoretic analysis". *American Political Science Review*, 68: 525-536.
- Fernandes, Florestan. 1976. "Conceito de sociologia". en: *Homem e sociedade. Leituras Básicas de Sociologia Geral*, editado por Fernando H. Cardoso e Octavio Ianni (pp. 25-34), São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- Figueiredo, Marcus. 2008. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Fiorina, Morris. 1981. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven, Yale University Press.

- Fuks, Mário, e Frederico Pereira. 2011. "Informação e conceituação: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de belo horizonte". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26: 123-143. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000200007>.
- Guazina, Liziane. 2007. "O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares". *Revista Debates*, v. 1, no. 1, <https://doi.org/10.22456/1982-5269.2469>.
- Hunter, Wendy; e Timothy J. Power. 2007. "Rewarding Lula: executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics & Society*, 49: 1-30. <https://doi.org/10.1111/j.1548-2456.2007.tb00372.x>.
- Key Jr., V. O. 1966. *The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1966*. Cambridge, The Belknap Press of Harvard University Press.
- Kinder, Donald R., e D. Roderick Kiewiet. 1979. "Economic discontent and political behavior: the role of personal grievances and collective economic judgments in congressional voting". *American Journal of Political Science*, 23: 495-527.
- Kramer, Gerald H. 1971. "Short-term fluctuations in U.S. Voting Behavior, 1896-1964". *The American Political Science Review*, 65: 131-143.
- Lamounier, Bolívar, e Fernando H. Cardoso. 1978. *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo, Cebrap/Paz e Terra.
- Lamounier, Bolívar. 1980. *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. São Paulo: Vozes/Cebrap.
- Lavareda, Antônio. 2009. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro, Objetiva.
- Lavareda, Antônio, e Helcimara Telles. 2011. *Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. Rio de Janeiro, FGV.
- Lazarsfeld, Paul, Bernard Berelson, e Hazel Gaudet. 1944. *The People's Choice*. New York, Columbia University Press.
- LeDuc, Lawrence; Richard Niemi. e Pippa. Norris. 2010. *Comparing Democracies 3*. Los Angeles, Sage.
- Levy Jr., Marion. 1976. "The structure of society". En: *Homem e sociedade. Leituras básicas de sociologia geral*, editado por Fernando H. Cardoso e Octavio Ianni (pp. 60-62), São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- Lewis-Beck, Michael S. 1985. "Pocketbook voting in U.S. national election studies: ¿fact or artifact?". *American Journal of Political Science*, 29: 348-356.
- Lipset, Seymour, e Stein Rokkan. 1967. *Party Systems and Voter Alignments*. New York, The Free Press.

- Luskin, Robert C. 1990. "Explaining political sophistication". *Political Behavior*, 12: 331-361.
- Mainwaring, Scott, e Matthew S. Shugart. 1997. *Presidents and democracy in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Mair, Peter. 1997. *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford, Clarendon Press.
- Manin, Bernard. 1997. *The Principles of Representative Government*. Cambridge, University Press.
- Marcus, George. 2003. "The psychology of emotions and politics". En: *Oxford Handbook of Political Psychology*, editado por David O. Sears, Leonie Huddy, e Robert Jervis. Oxford, Oxford University Press.
- Miller, Warren, e J. Merrill Shanks. 1996. *The New American Voter*. Cambridge, Harvard University Press.
- Moisés, José Álvaro. 1995. *Os brasileiros e a democracia*. São Paulo, Ática.
- Neuman, W. Russel. 1981. "Differentiation and integration: two dimensions of political thinking". *The American Journal of Sociology*, 86: 1236-1268.
- Nicolau, Jairo. 2007. "An analysis of the 2002 presidential elections using logistic regression". *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, nº 1, p. 125-135.
- Nicolau, Jairo, e Vítor Peixoto. 2007. "Uma disputa em três tempos: uma análise das bases municipais das eleições presidenciais de 2006". XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu. https://www.academia.edu/1876187/_Uma_disputa_em_tr%C3%AAs_tempos_uma_an%C3%A1lise_das_bases_municipais_das_elei%C3%A7%C3%B5es_presidenciais_de_2006_XXXI_Encontro_Anual_da_ANPOCS_Caxambu_2007.
- Norris, Pippa. 2004. *Electoral Engineering: Voting Rules and Political Behavior*. Cambridge University.
- Norris, Pippa. 2005. "A tese da "nova clivagem" e a base social da direita radical". *Opinião Pública*, 11: 1-32. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762005000100001>
- Oliveira, Adriano. 2012. "O estado da arte dos determinantes do voto no Brasil e as lacunas existentes". *Sociedade e Cultura*, 15: 193-206. <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/view/20684>.
- Ordeshook, Peter, e William Riker. 1968. "A theory of the calculus of voting". *The American Political Science Review*, 62: 25-42.
- Page, Benjamin. 1979. *Choices and Echoes in Presidential Elections: Rational Man and Electoral Democracy*. Chicago, University of Chicago Press.
- Paiva, Denise, e Gabriela da Silva Tarouco. 2011. "Voto e identificação partidária: os partidos brasileiros e a preferência dos eleitores". *Opinião Pública*, 17: 426-451. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000200006>.

Parsons, Talcott, Edward Shills, Edward Tolman, Gordon Allport, Clyde Kluckhohn, Robert Sears, R. C. Sheldon, e Samuel Stouffer. 1976. "Papel e sistema social". En: *Homem e sociedade. leituras básicas de sociologia geral*, editado por Fernando H. Cardoso e Octavio Ianni, São Paulo, Cia. Editora Nacional.

Pereira, Frederico. 2014. "Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial". *Rev. Sociol. Polit.*, 22: 149-174. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987314225010>.

Peschard, Jacqueline. 2001. "La cultura política democrática". En: *Cuadernos de divulgación de la cultura democrática*, n° 2. Distrito Federal, México: Instituto Federal Electoral. <http://www.observatoriopoliticomujeresyucatan.mx/publicaciones/Cuaderno-INE/02--CULTURA-POLITICA-DEMOCRATICA--J--PESCHARD.pdf>.

Pimentel Jr., Jairo. (2007). *Razão e emoção no voto: o caso da eleição presidencial de 2006. Dissertação de Mestrado em Ciência Política*. Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07022008-111606/pt-br.php>

Pimentel Jr., Jairo. 2010. "Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública*, 16: 516-541. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000200009>.

Powell Jr., G. Bingham, e GuyWhitten. 1993. "A cross-national analysis of economic voting: taking account of political context". *American Journal of Political Science*, 37: 391-414.

Przeworski, Adam. 2005. "A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico". *Novos Estudos*, Cebrap, 72: 59-77. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002005000200004>

Putnam, Robert. 1996. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, FGV.

Radmann, Elis R. H. 2001. O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3765>.

Reis, Fábio. 1978. *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Símbolo.

Reis, Fábio. 1988. "Identidade, política e a teoria da escolha racional". *Revista brasileira de ciências sociais*, 3: 60-83.

Reis, Fábio. 2000. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo, Edusp.

Silveira, Flávio. 1998. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre, EDIPUCRS.

Simão, Aziz. 1956. "O voto operário em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1: 130-41.

Simoni Jr., Sérgio. 2012. Flutuação do voto e sistema partidário: o caso de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade São Paulo, São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24072012-160028/pt-br.php>.

Singer, André. 2000. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo, Edusp.

Singer, André. 2012. *Os sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Cia. das Letras.

Sniderman, Paul, e Matthew Levendusky. 2007. "An institutional theory of political choice". En: *The Oxford Handbook of Political Behavior*. Editado por Russell Dalton e Hans-Dieter Klingemann. New York, Oxford University Press.

Soares, Gláucio. 1973. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel.

Souraf, Francis. 1967. *Iniciação ao estudo da ciência política*. Rio de Janeiro, Zahar.

Souza, Amaury de. 1972. "Determinismo social, racionalidade e o voto flutuante em 1960". *Dados*, 9.

Speck, Bruno W., Maria do Socorro Braga e Valeriano Costa. "Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 23:56. p. 125 148. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987315235606>

Telles, Helcimara. 2009. "Estrategias de campanha política: esloganes y retóricas en elecciones para alcalde en Brasil". *Revista América Latina Hoy*, 51, p. 141-168. <http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/1335>.

Turgeon, Mathieu, e Lúcio Rennó. 2010. "Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública". *Opinião Pública*, 16, 1: 143-159. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000100006>

Veiga, Luciana. 2001. Em busca de razões para o voto: o uso que o homem comum faz do horário eleitoral. Tese de Doutorado em Ciência Política. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Zaller, John, e Stanley Feldman. 1992. "A simple theory of survey response: answering questions versus revealing preferences". *American Journal of Political Science*, 36, 3: 579-616. https://www.uvm.edu/~dguber/POLS234/articles/zaller_feldman.pdf.